



## *Câmara Municipal de Votorantim*

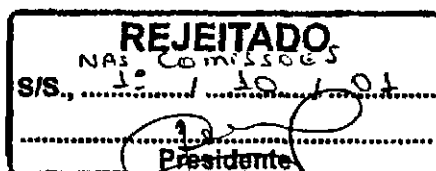
ENTRADA 13 / 09 / 01 PROJETO DE LEI nº 36/01

ARQUIVO 03 / 10 / 01

AUTORIA Paulo Sergio Lopes de Oliveira

ASSUNTO:

Dispõe sobre legalização de construções clandestinas e dá outras providências.





# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI Nº 36/01

Dispõe sobre legalização de construções clandestinas e dá outras providências.

### A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA:

**Art. 1º** - O proprietário de construção residencial, comercial e as respectivas não licenciadas, que no prazo de 04 (quatro) meses, a contar da promulgação desta Lei, requerer sua legalização perante o Poder Público Municipal, pagará de forma simples, os tributos relativos à edificação.

**Art. 2º** - O requerimento deverá ser instituído com:

- a) cópia xerográfica do documento de propriedade;
- b) croqui do imóvel (planta baixa) – 3 vias; dispensável para legalização até 40 m<sup>2</sup>, desde que a área total do imóvel não ultrapasse 80 m<sup>2</sup>, e os dados deverão constar no requerimento;
- c) croqui com contorno para legalizações até 150m<sup>2</sup> – 3 vias;
- d) memorial descritivo básico – 3 vias (dispensável se contido no croqui).

**Art. 3º** - Se a construção não se adequar a legislação urbanística municipal, receberá uma Carta de Autorização, que será sempre precária, e os croquis receberão um carimbo de aprovação a Título Precário.

**Art. 4º** - A carta de autorização se transformará em Alvará de Licença e Habite-se a partir do momento em que a construção se adequar às normas urbanísticas do Município.

**Art. 5º** - O prazo máximo para a aprovação do projeto é de 10 (dez) dias, a contar da data de entrada do requerimento no protocolo da Prefeitura Municipal de Votorantim, ou da última chamada para esclarecimentos, caso houver.



# Câmara Municipal de Votorantim

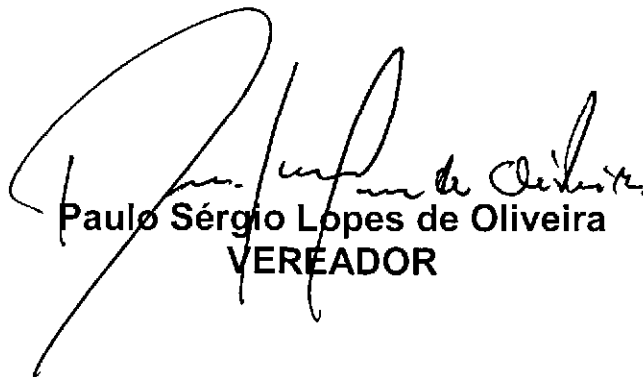
**"Capital do Cimento"**

ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 6º** - As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento.

**Art. 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Plenário "Pedro Augusto Rangel", em 13 de agosto de 2.001.**



Paulo Sérgio Lopes de Oliveira  
VEREADOR

As



# Câmara Municipal de Votorantim

**“Capital do Cimento”**

ESTADO DE SÃO PAULO

## **JUSTIFICATIVA:**

Tal projeto de lei visa legalizar as construções clandestinas existentes na cidade, colaborando com os proprietários e principalmente com o Poder Público que poderá cobrar um IPTU real, de acordo com a construção existente.

Espera-se que os nobres pares analisem com atenção esse projeto de lei, pois o mesmo, se aprovado, irá propiciar aumento de arrecadação, regularizando situações em que as construções estejam irregulares e colaborando com aqueles que não têm condições de se adequar à lei vigente.

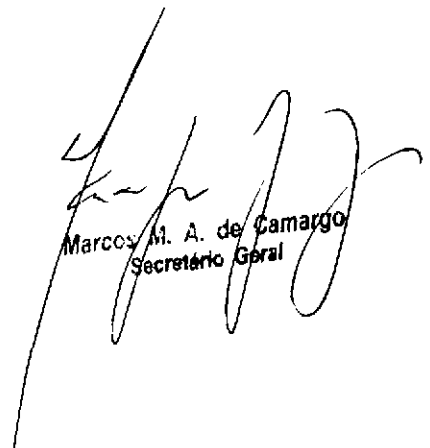


# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA DA CÂMARA EM 14/08/2.001**

Ao Sr. Presidente para o devido encaminhamento.

  
Marcos M. A. de Camargo  
Secretário Geral

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM 14/08/2.001**

Encaminhe-se ao Procurador Jurídico, para emissão de Parecer e após encaminhar às respectivas Comissões.

- ☒ Comissão de Justiça
- ☒ Comissão de Finanças e Orçamento
- ☒ Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente
- ☐ Comissão de Política Social
- ☐ Comissão de Economia
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo
- ☐ Comissão de Administração Pública
- ☐ Comissão de defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania
- ☐ Comissão de redação
- ☐ Mesa Diretora

  
Jerson Pedrosa  
Presidente



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Parecer nº 055/2001.

Projeto de Lei nº 36/01, de autoria do Vereador **Paulo Sérgio Lopes de Oliveira**, que dispõe sobre a legalização de construções clandestinas.

Parecer:

O projeto de lei peca pela sua inconstitucionalidade, por duas ordens de razões: a primeira, por vício de iniciativa, pois envolve serviço público (atuação da máquina administrativa), matéria de competência privativa do Prefeito, conforme o disposto no art. 61, § 1º, inc. II, alínea “b”, da CF/88; segundo, por impor uma obrigação ao Executivo, o que contraria o princípio da separação dos Poderes previsto no art. 2º da CF/88.

Por afrontar dispositivos da Constituição Federal, o projeto de lei é inconstitucional.

Votorantim, SP., 14 de setembro de 2001.

João da Silva Neto  
Chefe de Serviços Jurídicos  
OAB/SP 102952-B



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

**PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA ao**

**PROJETO DE LEI Nº 36/01**

O Vereador Paulo Sérgio Lopes de Oliveira, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Projeto de Lei que dispõe sobre legalização de construções clandestinas e dá outras providências.

Diante do exposto no Parecer nº 055/2001 da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, o presente Projeto não deverá prosseguir, portanto, esta Comissão opina pela **REJEIÇÃO** do mesmo.

Este é o nosso parecer, s.m.j.

Votorantim, 01 de outubro de 2.001

  
**ADILSON HOULENES MÓRA**  
Relator

A Comissão de **JUSTIÇA** em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado e que passa a constituir o Parecer **CONTRÁRIO** da Comissão à matéria em questão.

## MEMBROS

  
**JOÃO SOARES DE QUEIROZ - Presidente**

  
**ORLANDO HERRERA DIAS**

  
**LUIZ GONZAGA LOPES**

  
**JOÃO CAU**



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO ao

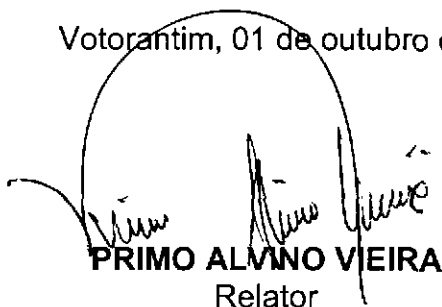
### PROJETO DE LEI Nº 36/01

O Vereador Paulo Sérgio Lopes de Oliveira, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Projeto de Lei que dispõe sobre legalização de construções clandestinas e dá outras providências.

Diante do exposto no Parecer nº 055/2001 da Procuradoria Jurídica, desta Casa de Leis, e da Comissão de Justiça, esta Comissão opina pela **REJEIÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Este é o nosso parecer.

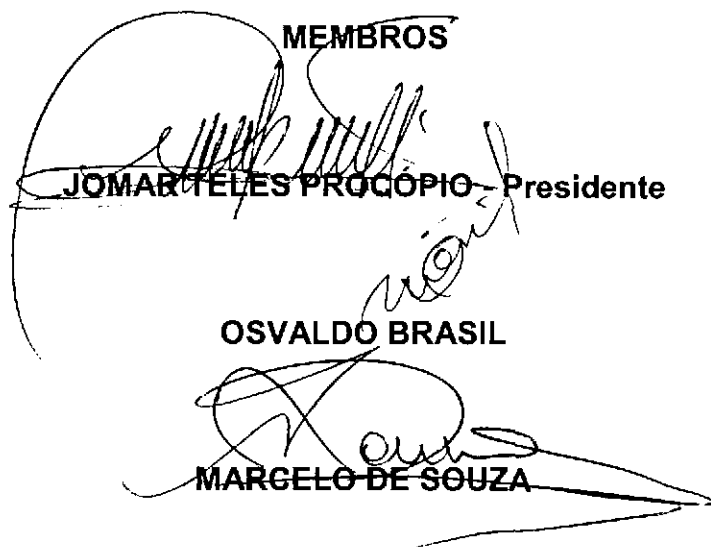
Votorantim, 01 de outubro de 2.001



**PRIMO ALVARO VIEIRA**  
Relator

A Comissão de **Finanças e Orçamento** em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado e que passa a constituir o Parecer **CONTRÁRIO** da Comissão à matéria em questão.

**MEMBROS**



**JOMAR TELES PROCOPIO** - Presidente

**OSVALDO BRASIL**

**MARCELO DE SOUZA**

**PAULO SÉRGIO LOPES DE OLIVEIRA**





# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA E MEIO AMBIENTE ao PROJETO DE LEI Nº 36/01

O Vereador Paulo Sérgio Lopes de Oliveira, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Projeto de Lei que dispõe sobre legalização de construções clandestinas e dá outras providências.

Diante do exposto no Parecer nº 055/2001 da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, do Parecer das Comissões de Justiça, e de Finanças e Orçamento, esta Comissão opina pela **REJEIÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Este é o nosso parecer.

Votorantim, 01 de outubro de 2.001

  
**JOMAR TELES PROCÓPIO**  
Relator

A Comissão de **Política Urbana e Meio Ambiente**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado e que passa a constituir o Parecer **CONTRÁRIO** da Comissão à matéria em questão.

### MEMBROS

**PRIMO ALVINO VIEIRA - Presidente**

  
**ORLANDO HERRERA DIAS**

**PAULO SÉRGIO LOPES DE OLIVEIRA**

  
**PEDRO NUNES FILHO**